

**COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE**  
**GRUPO ELETROBRÁS**  
**MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA**  
**GOVERNO FEDERAL**

## **RELATÓRIO DE GESTÃO 2006**

RUA SETE DE SETEMBRO, 539 – CEP: 90.010-190.  
CENTRO, PORTO ALEGRE – RS.  
CNPJ 02.016.507/0001-69  
INSCRIÇÃO ESTADUAL 096/2636169  
SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA  
ATIVIDADE: GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA  
WWW.CGTEE.GOV.BR  
UNIDADE GESTORA: 919820  
ESTATUTO SOCIAL APROVADO EM 11/08/1997  
PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO EM 27/08/1997

## **SENHORES ACIONISTAS,**

A administração da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores Acionistas as Demonstrações Contábeis relativas a 31 de dezembro de 2006, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes, Conselho Fiscal e Conselho de Administração, com relatos das ações empreendidas no exercício.

### **1. GESTÃO OPERACIONAL**

#### **1.1 CONTROLE ACIONÁRIO**

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), controlada pela Eletrobrás, sociedade de economia mista, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, atuando exclusivamente na atividade de Geração de Energia Elétrica. A partir do Ato Declaratório nº 3, de 7 de agosto de 1997, e do Despacho de 15 de outubro de 1997, ambos do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, foram transferidos para a Companhia os direitos de exploração das seguintes Usinas Termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo, e Usina da NUTEPA, localizada no município de Porto Alegre, todas no estado do Rio Grande do Sul, tendo suas concessões prorrogadas pelo prazo de vinte anos, contado a partir de 8 de julho de 1995, através da Portaria nº 265, de 27 de julho de 1999, do Ministério de Minas e Energia.

#### **1.2 CONTRATO DE CONCESSÃO**

Em 13 de setembro de 2000, foi assinado com a ANEEL o Contrato de Concessão de Geração nº 67/2000, cujo termo de concessão das três Usinas Termelétricas encerrar-se-á em 7 de julho de 2015. O parque gerador da Companhia possui uma potência instalada de 490 MW, cuja geração efetiva atende ao despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema).

### 1.3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO EMPRESARIAL

Pela quarta vez consecutiva, desde a constituição da Companhia, foi registrado lucro no exercício na ordem de R\$ 1,2 milhão. Em 2006, a CGTEE obteve as condições para atingir seu grande objetivo após o sucesso na comercialização de energia nova em dezembro de 2005. Tal feito garantiu a construção da Fase C da Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota. Foram vendidos 292 MW, a partir de 1º de janeiro de 2010 até dezembro de 2024, o que significa uma receita anual de R\$ 331 milhões e, ao longo do período, de R\$ 5 bilhões.

O consumo de carvão mineral que atualmente é de 1,7 milhão de toneladas ao ano, aumentará consideravelmente, fortalecendo a sua utilização na matriz energética brasileira. A partir de 2010, a empresa consumirá, para suprir as necessidades da Usina de Candiota, aproximadamente quatro milhões de toneladas ao ano de carvão.

A construção está prevista para ocorrer num prazo de 30 a 32 meses. A Fase C é um dos maiores investimentos dos últimos vinte anos na metade sul do Estado, uma região extremamente deprimida economicamente.

A obra está orçada em US\$ 427 milhões e, durante sua construção, vai gerar 4,5 mil empregos diretos e indiretos e 250 empregos fixos na fase de operação. O empreendimento tem reflexo no sistema elétrico brasileiro, ampliando o abastecimento no Rio Grande do Sul e auxiliando na estabilidade do sistema, sendo aguardada pela comunidade há vinte três anos. Em 25 de setembro de 2006, foi realizada cerimônia comemorativa ao início das obras com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República.

As rápidas mudanças no cenário nacional e internacional vêm exigindo das organizações uma postura pró-ativa, sistêmica e inovativa, não só para agregar valor econômico, mas também com vistas à incorporação de práticas sociais combinadas com a preservação e qualidade do ecossistema. Nesse sentido, a CGTEE vem desenvolvendo o processo de Planejamento Estratégico Participativo, fundamentado numa leitura crítica de sua realidade atual e futura, a fim de subsidiar a construção de um futuro sustentável.

Em maio de 2006 foi criado, por meio da Resolução 140/2006, o Comitê Permanente de Acompanhamento do Planejamento Estratégico, com a função de garantir o funcionamento do Planejamento Estratégico e acompanhar a sua implementação. Em complementação, está prevista a implementação de um sistema de planejamento e controle de projetos prioritários à consecução das diretrizes estratégicas da Organização.

Continuamos consolidando nosso boletim interno com tiragens mensais, divulgando informações de nossa empresa e disseminando informação a todos os nossos colaboradores.

Aperfeiçoamos a nossa página na internet, agregando novos serviços, tornando-o mais moderno e acessível, proporcionando ao usuário facilidade de navegação, principalmente para os fornecedores de materiais e serviços, que podem através dele retirar editais, cadastrar-se, acompanhar os processos licitatórios e fazer questionamentos. Já disponibilizamos o “FALE CONOSCO” e agora temos “O PORTAL DA TRANSPARÊNCIA”, ligado diretamente à Ouvidora da Eletrobrás, interagindo, assim, com a comunidade para esclarecimentos ou qualquer outro tipo de informação.

A política de comunicação ocorreu em duas frentes de trabalho: a comunicação externa e a interna. Como política de comunicação externa está a publicidade institucional, que investiu R\$ 661.148,91 (seiscentos e sessenta e um mil cento e quarenta e oito reais e noventa e um centavos) em mídia e em mensagens institucionais da empresa no período de janeiro a dezembro de 2006, sendo que, entre julho e dezembro, a empresa não veiculou publicidade em função das restrições exigidas pelo período eleitoral. Para o público interno, a empresa investiu em eventos em conjunto com os funcionários, num total de R\$ 93.540,00 (noventa e três mil quinhentos e quarenta reais) dos recursos de publicidade e patrocínios.

Apoiamos e patrocinamos quarenta e sete eventos em 2006, perfazendo investimentos de R\$ 588.210,00 (quinhentos e oitenta e oito mil duzentos e dez reais), sendo R\$ 492.549,79 (quatrocentos e noventa e dois mil quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e nove centavos) dentro do exercício e o saldo de R\$ 95.660,21 (noventa e cinco mil seiscentos e sessenta reais e vinte e um centavos) em atividades continuadas que serão concluídas em 2007. Estas atividades foram instrumentos de apoio à consolidação e reconhecimento da marca. Os resultados destas atividades foram amplamente satisfatórios, pelo alcance e reconhecimento obtidos, com baixo custo de investimento.

### 1.3.1 Indicadores e Metas de Desempenho Empresarial

As metas, ações e indicadores de desempenho foram pactuados com a ELETROBRÁS Programa SIAGE-2005 (Sistema de Acompanhamento Gerencial). Os indicadores e ações foram monitorados permanentemente, sendo atingidas todas as metas estabelecidas.

Os indicadores de desempenho contribuem para avaliar a performance da empresa, para superação dos problemas estruturais e medição da qualidade de manutenção e expansão das unidades.

#### 1.3.1.1 Indicador: Disponibilidade Geral

<b>Meta 2006</b>	<b>Índice obtido</b>	<b>Situação</b>	<b>Justificativa</b>
60,00%	59,3%	Meta não atingida	O não atendimento da meta está vinculado aos seguintes fatores: -Indisponibilidade do sistema de moagem de carvão; -Indisponibilidade do sistema de manuseio de cinzas; -Indisponibilidade de Caldeiras.

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Disponibilidade Geral” visa demonstrar a disponibilidade operacional das unidades para geração de energia elétrica.

Definição:

$$D.G. = \frac{DF + DFP + DP}{\text{Tempo Total do Período}} \times 100$$

DF = Representa o somatório do tempo equivalente de desligamentos forçados;

DFP = Representa o somatório de tempo dos desligamentos por falha na partida;

DP = Representa o somatório de tempo equivalente de desligamentos programados.

### 1.3.1.2 Indicador: Razão Operacional

<b>Meta 2006</b>	<b>Índice obtido</b>	<b>Situação</b>
1,39	1,25	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Razão Operacional” visa demonstrar o quanto da receita operacional está comprometida com a despesa operacional.

Definição:

$$R.O. = \frac{\text{Despesa Operacional (R\$)}}{\text{Receita Operacional Líquida (R\$)}}$$

Despesa Operacional = pessoal + materiais + serviços de terceiros + combustíveis + depreciação + amortização + energia para revenda + energia de uso + outras despesas;

Receita Operacional Líquida = suprimento de energia elétrica + conta de consumo de combustível (CCC) + conta de desenvolvimento energético (CDE) + outras receitas – impostos e contribuições sobre a receita – Quota para reserva global de reversão.

### 1.3.1.3 Indicador: Razão Operacional sem Depreciação

<b>Meta 2006</b>	<b>Índice obtido</b>	<b>Situação</b>
1,09	0,95	Meta atingida

### 1.3.1.4 Indicador: Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total

<b>Meta 2006</b>	<b>Índice obtido</b>	<b>Situação</b>
33,2%	29,01%	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Despesa com Pessoal em Relação à Receita Total” (%) visa permitir o gerenciamento das despesas com a rubrica de pessoal.

Definição:

$$\text{D.P.R.R.T} = \frac{\text{Despesa com Pessoal (R\$)}}{\text{Receita Total (R\$)}} \times 100$$

Despesa com pessoal = salário nominal + encargos sociais + vantagens + benefícios previdenciários e de saúde + vale refeição + periculosidade + insalubridade + horas extras + sobreaviso;

Receita Total = receita operacional + receita financeira + receita não operacional.

1.3.1.5 Indicador: EBITDA (Milhões de Reais)

Meta 2006	Índice obtido	Situação
34,77	44,35	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “EBITDA” visa demonstrar o valor monetário correspondente aos recursos disponíveis pela Companhia para o pagamento do serviço da sua dívida, remuneração dos seus acionistas e implementação do seu plano de investimentos.

Definição:

EBITDA (Milhões de R\$) = lucro Líquido + despesas financeiras + depreciação + amortização + tributos.

ou

EBITDA (Milhões de R\$) = GIR + Resultado não operacional.

1.3.1.6 Indicador: Despesa de Serviço de Terceiros/Receita Operacional Líquida

Meta 2006	Índice obtido	Situação
23,85	18,93	Meta atingida

1.3.1.7 Indicador: Cobertura do Serviço da Dívida

Meta 2006	Índice obtido	Situação
8,46	21,79	Meta atingida

Objetivo: O acompanhamento do indicador “Cobertura do Serviço da Dívida” visa demonstrar a capacidade de pagamento do serviço da dívida com recursos gerados pelas operações da Companhia.

Definição:

$$\text{C.S.D.} = \frac{\text{GIR}}{\text{Serviço}} \times 100 \text{ onde:}$$

Geração Interna de Recursos Líquida = resultado operacional + receita financeira + depreciação + amortização;

Serviço da Dívida Líquida = amortização do principal da dívida + refinanciamentos + rolagem do principal + despesas financeiras.

1.3.1.8 - Indicador: Grau de Endividamento sem Obrigações Especiais

Meta 2006	Índice obtido	Situação
8,00%	7,41%	Meta atingida

Objetivo: procura retratar a posição relativa do capital de terceiros com relação ao capital próprio.

Definição:

$$\text{G.E.S.O.E.} = \frac{\text{Passivo Total} - \text{Patrimônio Líquido} - \text{Obrigações Especiais}}{\text{Passivo Total (R\$)}} \times 100$$



### 1.3.1.9 Indicador: Prazo Médio das Contas a Receber de Energia Elétrica

Meta 2006	Índice obtido	Situação
25	25	Meta atingida

### 1.3.2 Plano de Investimentos no Plano Plurianual (PPA)

A CGTEE está vinculada no PPA aos programas Energia na Região Sul e Infra-estrutura (0295 e 0807).

#### 1.3.2.1 Manutenção do Sistema de Geração de Energia Elétrica – MSGEE

Realizar todas as manutenções preventivas, preditivas e corretivas programadas ou de emergência, bem como eventuais adequações e melhorias aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes nas plantas de geração de energia elétrica da CGTEE. Inclui-se, também, neste Programa os melhoramentos pretendidos a serem realizados nas oficinas de manutenção de equipamentos industriais de grande porte.

Situação: em andamento.

Previsão de conclusão: 2010

#### 1.3.2.2 Revitalização da Usina Presidente Médici

Realizar reformas e eventuais adequações aos equipamentos instalados nos sistemas e subsistemas dos diversos processos operacionais existentes na planta de geração térmica de energia elétrica da Usina Termelétrica Presidente Médici Fases A e B. Inclui-se também neste programa todos os melhoramentos pretendidos a serem realizados nos equipamentos.

Situação: em andamento

Previsão de conclusão: 2009

### 1.3.2.3 Implantar o Projeto Candiota III (etapa até o lançamento do Edital visando a contratação do empreendimento)

Implantação de uma Usina Termelétrica a carvão mineral nacional, com potência instalada de 350 MW, localizada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota/RS, constituindo-se na Fase C daquele Complexo, que atualmente conta com 446 MW, operando também a carvão mineral nacional, ampliando assim a capacidade instalada para 796 MW. Conta com equipamentos já fabricados, avaliados em US\$ 68 milhões (sessenta e oito milhões de dólares), cedidos sem ônus pela União à CGTEE, para utilização no empreendimento. Por tratar-se de ampliação, evitará investimentos da ordem de US\$ 40 milhões (quarenta milhões de dólares), pelo compartilhamento de instalações e infra-estrutura existentes. Empreendimento com custo de geração bastante competitivo comparado aos demais novos empreendimentos termelétricos nacionais.

Situação: em andamento

Previsão de Conclusão: 2009

### 1.3.2.4 Adequação Ambiental da UPME - Fases A e B

Adequar as unidades das Fases A e B da UPME aos padrões de emissões atmosféricas determinados pelo órgão licenciador ambiental (IBAMA) através da LICENÇA DE OPERAÇÃO – LO nº 057/99, emitida em 22 de novembro de 1999, em processo de renovação no IBAMA.

Situação: Em andamento

Previsão de Conclusão: 2010

### 1.3.2.5 Ampliação da Capacidade da Nova Usina Térmica de Porto Alegre de 24 para 100MW

A ampliação da capacidade da Nova Usina de Porto Alegre, de 24 para 100MW, está vinculada à construção do Gasoduto de Uruguaiana.

Observação: Em fase, como variante, as tratativas referentes à utilização do Biogás para a Ampliação da Usina.

#### 1.3.2.6 Outras ações

##### - Manutenção Bens Móveis Veículos e Máquinas

Situação: em andamento

Prazo de Conclusão: 2010

##### - Manutenção e Adequação dos Ativos de Informática

Situação: em andamento

Prazo de Conclusão: 2010

#### 1.3.3 Projetos na Área de Informática

Dando prosseguimento no projeto contínuo de atualização do parque tecnológico da informação da CGTEE, no ano de 2006 houve a reforma e ampliação da Rede Lógica, com cabeamento estruturado na Usina Termelétrica Presidente Médici e na Sede. Além da ampliação, houve mudança de tecnologia de *fast ethernet* para *gigabit ethernet*, gerenciados através de Softwares para controle total do tráfego e segurança das redes locais (LANS).

Houve ampliação dos links de comunicação entre as unidades e total migração dos serviços de Provedores de Internet, servidores de e-mail, antes prestados por empresas terceirizadas, e disponibilização de Intranet, sob responsabilidade da Assessoria de Tecnologia da Informação.

Foi adquirida uma solução para processamento, armazenamento e sistema de backup que engloba servidores, *storages*, *nobreak*, *drives* para fitas e softwares de gerenciamento, sistemas operacionais e bancos de dados, visando atender o plano de contingências, continuidade dos serviços, segurança das informações e migração de versão do Sistema de Gestão ERP SAP R/3 previsto para o ano 2007.

Todo este projeto visa também se adequar às exigências da Lei Sarbanes-Oxley.

### 1.3.3.1 Projeto SOX

Este Projeto foi elaborado e coordenado pela Eletrobrás, com a assessoria da Empresa de Auditoria Internacional Ernst & Young – Quality In Everything We Do.

A CGTEE está participando sob a coordenação da Auditoria Interna em conjunto com a Assessoria de Tecnologia da Informação. Registra-se que, neste projeto, a CGTEE vem cumprindo as fases, rigorosamente, dentro do cronograma estabelecido pela Controladora.

Este projeto visa adequar o GRUPO ELETROBRÁS às exigências do artigo 404 da Lei Sarbanes-Oxley, instrumento regulador promulgado em 2002, pelo governo americano para empresas que possuam ou pretendam ter ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Foi promovida a fase de documentação do projeto para certificação dos controles financeiros de suas controladas, federalizadas e fundos de pensão.

Esta adequação tem por objetivo obter registro na Securities and Exchange Commission – SEC, para poder migrar os American Depositary Receipts (ADR's) da Empresa de nível I para nível II.

Na CGTEE, a execução do projeto demandou a abertura de frentes de trabalho, envolvendo profissionais de todas as áreas para avaliação dos controles internos dos processos de negócio e da área da Tecnologia da Informação. A etapa de documentação foi concluída em 31/12/2005.

Em 2006 foram executados os testes referentes aos controles internos dos 26 (vinte e seis) sub-processos documentados na Empresa, e também, foram documentados e testados todos os processos a Nível de Entidade – Entity Level.

Por decisão da Eletrobrás a certificação será buscada em fins de 2007. Diante disso durante este exercício serão retestados todos os Sub-Processos de Negócios e de Nível de Entidade.

## 1.4 PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O Parque Gerador da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE é composto pela Usina Termelétrica Presidente Médici (Candiota II), Usina Termelétrica de São Jerônimo e Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre - NUTEPA, totalizando 490

MW de potência instalada, de acordo com a Tabela 1. A fonte de combustível predominante é o carvão mineral.

<b>USINA</b>	<b>Nº DE UNIDADES</b>	<b>POTÊNCIA INSTALADA (MW)</b>
PRESIDENTE MÉDICI	04	446
SÃO JERÔNIMO	03	20
NUTEPA	03	24
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>490</b>

*Tabela 1: Potência instalada nas usinas da CGTEE*

A geração total de energia elétrica em 2006 foi de 1.760,032 GWh, sendo 1.716,054 GWh correspondentes à Usina Termelétrica Presidente Médici e 43,978 GWh correspondentes à Usina Termelétrica de São Jerônimo.

No ano de 2006 a NUTEPA ficou indisponível no período de julho a dezembro e, após o término da 1ª fase do Plano de Recuperação Eletromecânica, foram realizados testes operacionais com o acendimento da caldeira 2 e sincronismo do grupo 1. No dia 06 de dezembro a NUTEPA gerou 10,22 MWh em um período de aproximadamente 4 horas, permanecendo em “reserva fria” nos demais períodos do ano.

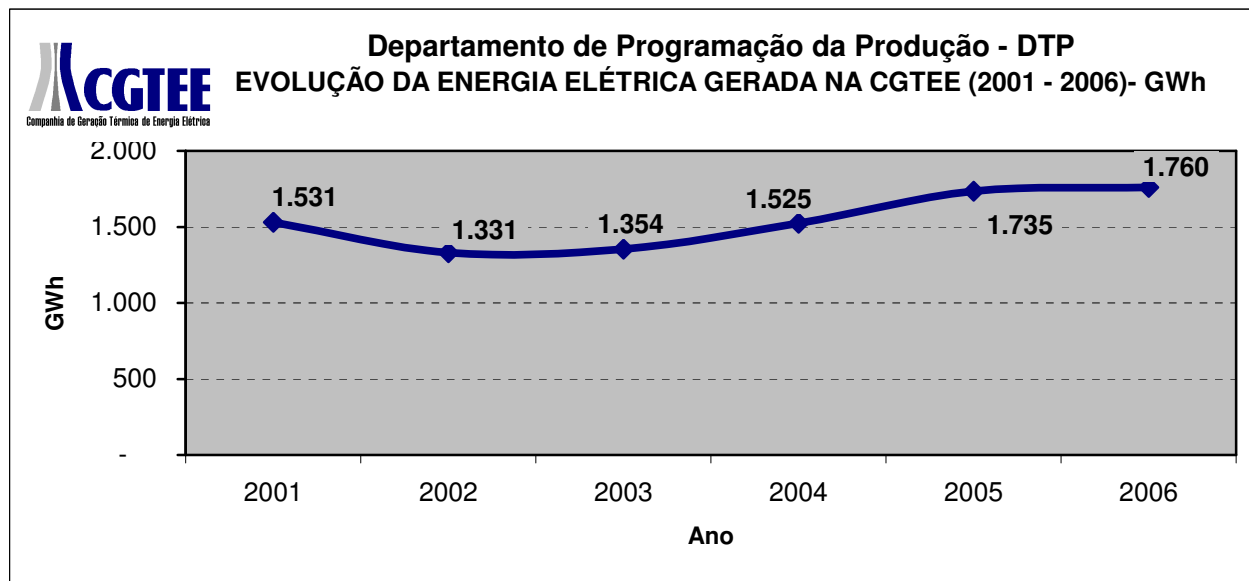


Gráfico 1 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na CGTEE

A geração foi otimizada em função do preço da energia do subsistema sul (definido semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) e das tendências do mercado de energia. Também compatibilizou a energia contratada com o despacho das unidades geradoras, considerando a sazonalização dos montantes contratados, visando a diminuição do impacto financeiro devido à exposição da CGTEE ao mercado de energia.

O Programa de Geração de Intercâmbio – PGI foi realizado de acordo com as inflexibilidades e disponibilidades das usinas, resultando num atendimento de 77,95% do programado.

A Disponibilidade Geral atingiu o índice de 60,085% na UPME, 32,594% na DTPJ e 61,37% na NUTEPA. Na CGTEE, o Índice de Disponibilidade foi de 59,03%.

O Gráfico nº 2 apresenta as médias de disponibilidades nos últimos cinco anos, detalhando o ano de 2006.

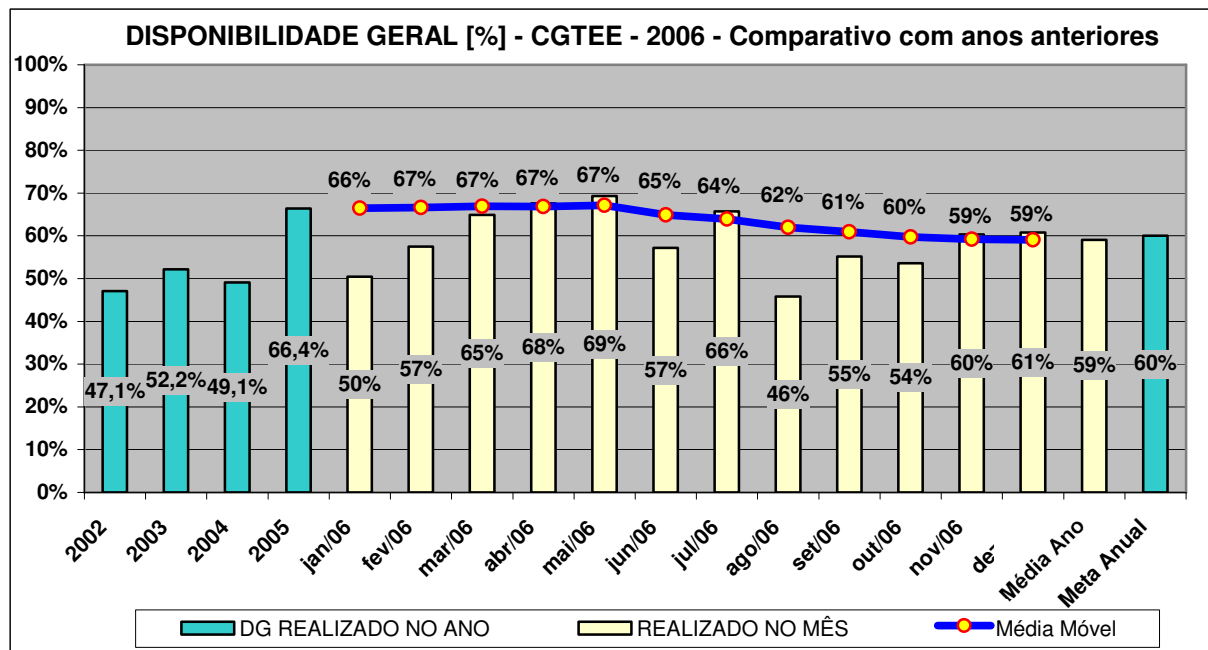


Gráfico 2 – Disponibilidade Geral da CGTEE – Período 2002 a 2006

A CGTEE, ao longo do ano de 2006, exportou energia para o Uruguai através da UPME, cujo montante líquido foi de 70.049,33 MWh e geração bruta de 85.049,37 MWh.

### **Resumo de Geração da UPME no ano de 2006:**

Geração média ano – 195,96MWm;

Geração anual – 1.716,053 GWh;

Geração máxima mensal – 236,92 MWm;

Geração para exportação – 9,71 MWm/ano;

Geração para exportação – 85.049,37 MWh;

Consumo Interno – 15,48%;

#### **1.4.1 Gestão de Combustíveis - DTP**

##### **1.4.1.1 Óleo Combustível**

Foram consumidos 21.419,76t de óleo na UPME durante o ano de 2006.

### 1.4.1.2 Carvão

Foram consumidos 2.129.826,66t de carvão na UPME durante o ano de 2006. Na CGTEE foram consumidos 2.211.490t.

### 1.4.2 Usina Termelétrica de São Jerônimo – USJE

No ano de 2006, a Usina de São Jerônimo apresentou uma disponibilidade de 32,41%, sendo a máquina 1 a unidade que apresentou o melhor índice: 62,81%. Os índices de disponibilidade das unidades 2 e 3 foram respectivamente, 22,17% e 22,7%.

O consumo específico de carvão na Usina de São Jerônimo entre os anos de 1995 e 2006 continua dentro da média histórica, com valor aproximado de 1,86 t/MWh.

A Geração Total da Usina no ano de 2006 foi de 43,978 GWh, correspondendo a uma geração de 5,02 MW médios, e o consumo interno da Usina foi de 10,79% desta Geração Total.

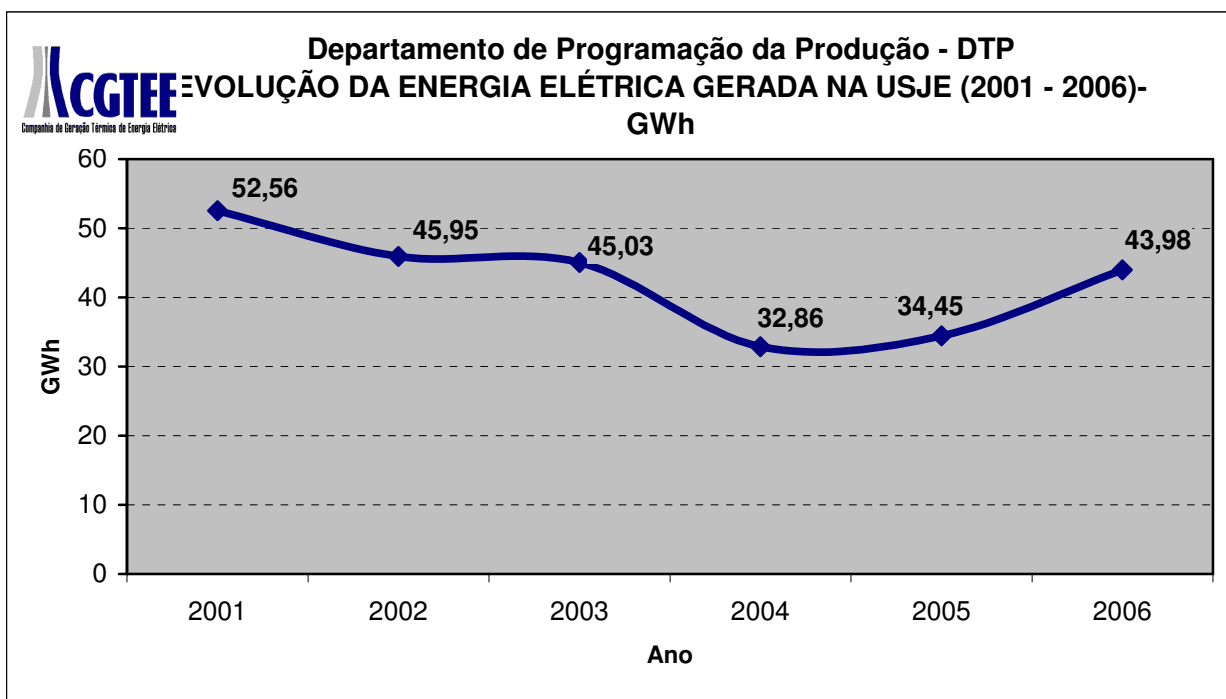


Gráfico 3 – Evolução da Energia Elétrica Gerada na DTPJ



### 1.4.3 Nova Usina Termelétrica de Porto Alegre – NUTEPA (DTPP)

A DTPP permaneceu em reserva fria do Sistema Interligado Nacional de janeiro a julho de 2006, sendo realizadas somente atividades de conservação e manutenção nos equipamentos eletromecânicos da Unidade.

### 1.4.4 Usina Termelétrica Presidente Médici

Os dados de geração e de disponibilidade de 2005 e 2006 se aproximam muito. Tanto a geração como a disponibilidade estiveram com seus índices melhores de fevereiro a agosto. Em janeiro de 2006, a unidade 2 apresentou vários problemas que comprometeram o seu desempenho até abril de 2006. Houve dois picos mensais de geração: o mês de julho com 174.514 MWh e o mês de setembro com 170.587 MWh, fechando o ano de 2006 com geração de 1.716.054 GWh, superando a marca de 2005 de 1.701.000 GWh.

### Indicadores Operacionais da Usina Termelétrica Presidente Médici - UPME

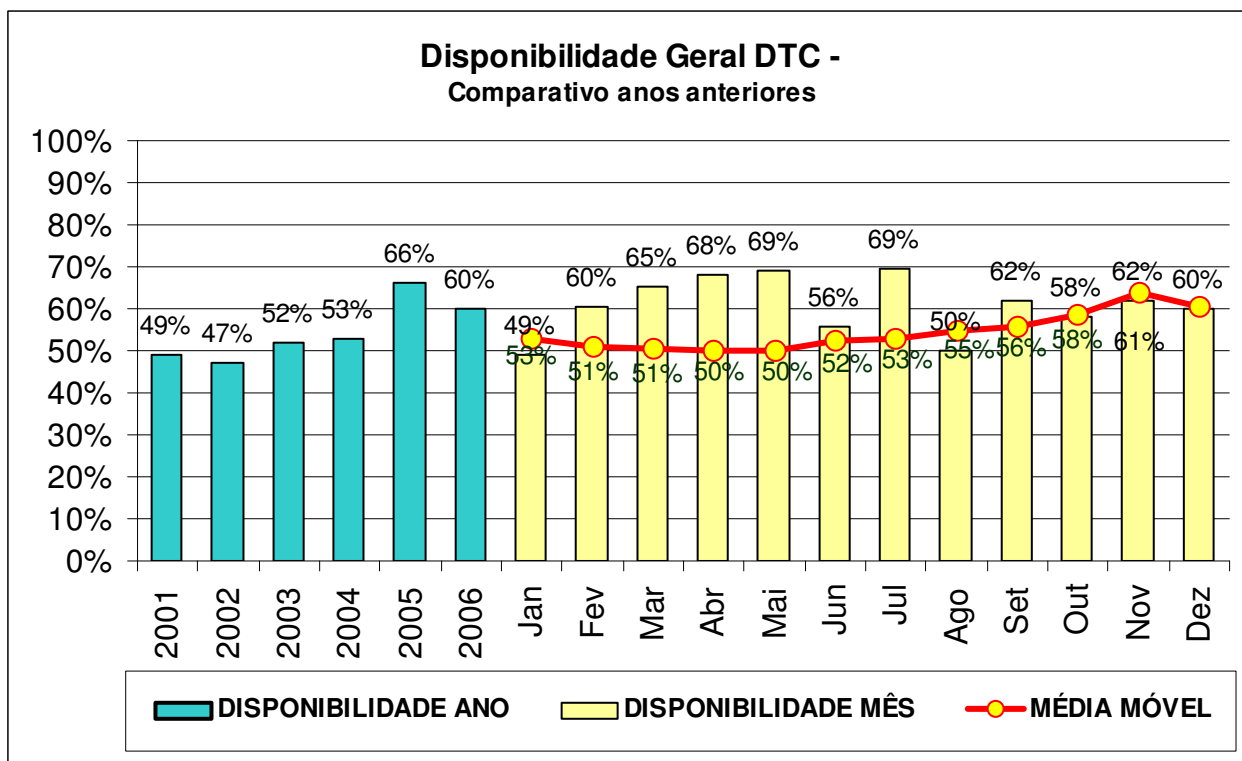


Gráfico 4 – Disponibilidade anual – Disponibilidade mensal de 2006

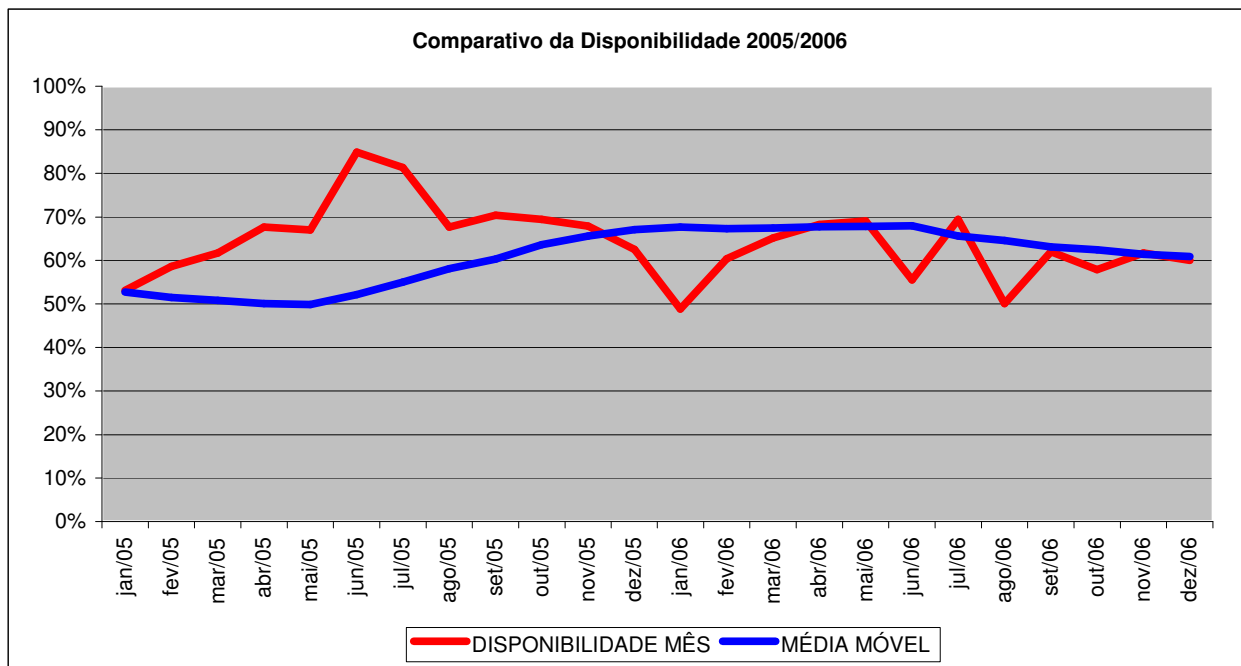


Gráfico 5 - Disponibilidade geral – comparativo 2005 – 2006

Os dois últimos anos mostram uma tendência de estabilização das curvas de geração da UPME. Observando os gráficos 10 e 11 percebe-se que a linha da média móvel também tem uma tendência de estabilização. Durante 2006, foram três meses acima de 66%, que foi a média da disponibilidade de 2005 e, durante cinco meses, esteve entre 60% e 65% da disponibilidade. Isto demonstra que, mesmo com as incidências de furos nas unidades 3 e 4, conseguiu-se alcançar números bem próximos aos alcançados em 2005.

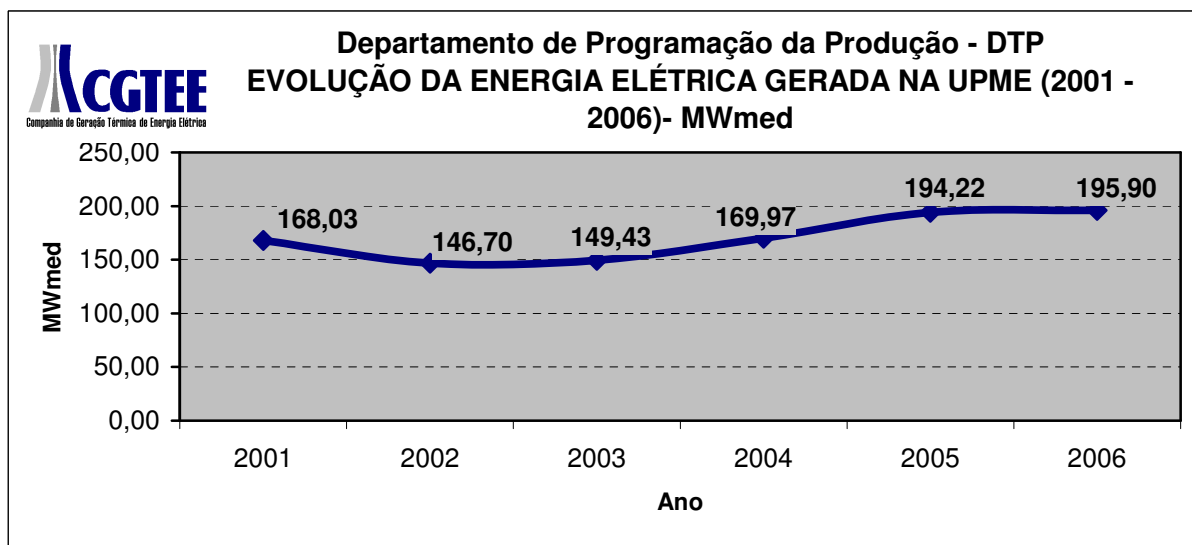


Gráfico 6 - Evolução da Energia Elétrica Gerada na UPME últimos cinco anos

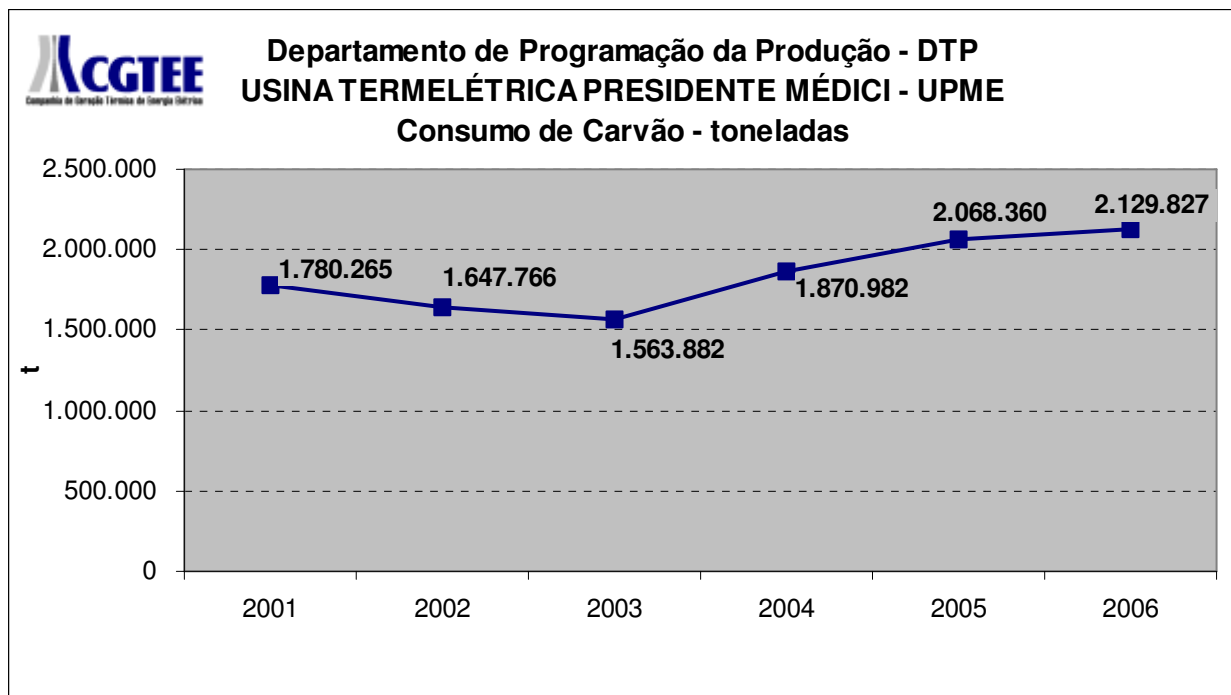


Gráfico 7: Consumo de Carvão 2001-2006 em toneladas

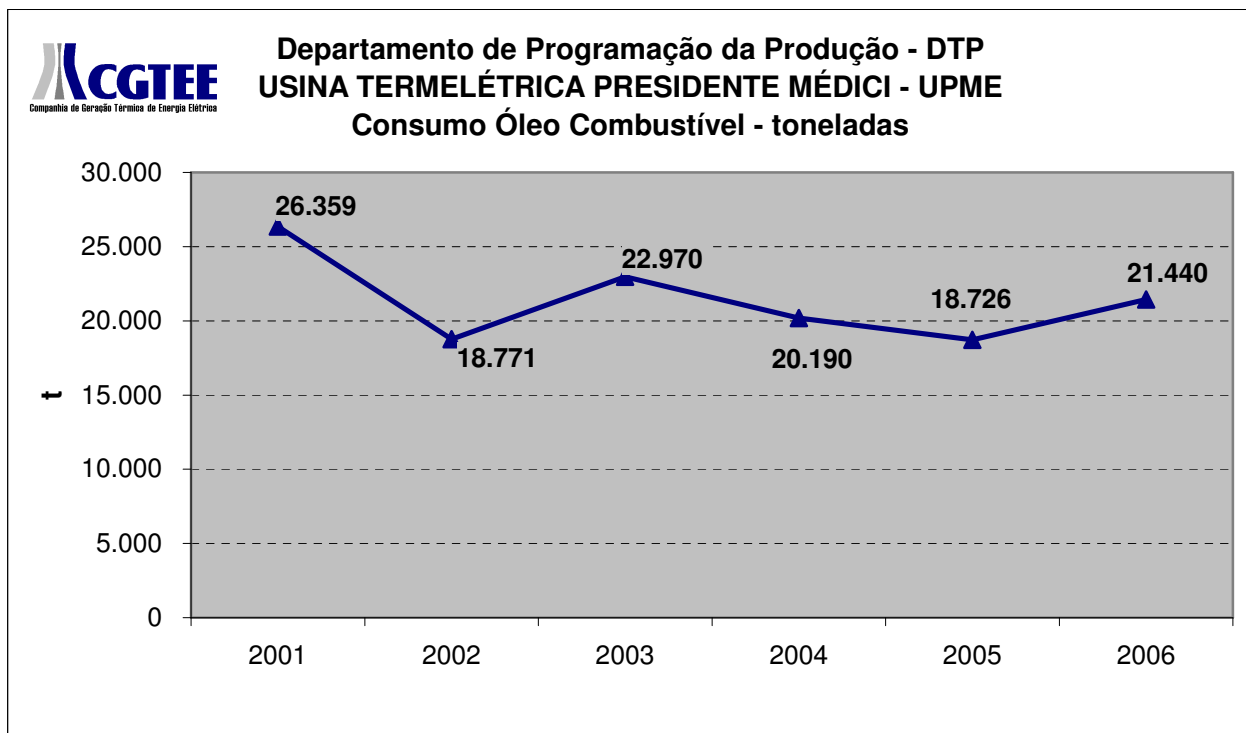


Gráfico 8: Consumo de Óleo Combustível na UPME – toneladas – últimos cinco anos

## 1.5 A CGTEE INVESTE EM NOVAS TECNOLOGIAS DE CONTROLE AMBIENTAL

Através de uma parceria entre a CGTEE e a FURG, está sendo desenvolvido um projeto para a viabilização da utilização de Microalgas na absorção de Gás Carbônico proveniente da queima do carvão para a geração de energia elétrica.

A CGTEE apresentou no último dia 06 de abril mais um de seus projetos em uma Conferência com o Tema “Projetos Internacionais sobre captação de CO2 através das Microalgas” com o Coordenador da Rede Internacional Sr. John Beneman, dos Estados Unidos. O projeto que visa a fixação biológica do gás carbônico de gases de exaustão através das Microalgas já está em desenvolvimento na Empresa através de convênio com a FURG – Fundação Universidade de Rio Grande, sendo a 1º Empresa Latino-Americana engajada nesta questão. Segundo o DTC, o resultado deste trabalho gera benefícios ambientais tanto para a região da Campanha como para o País vizinho. Este projeto envolve os trabalhadores da CGTEE e região na construção de um Mundo Melhor.

O prédio da coordenação do DTC passou por uma reforma. A obra foi concluída em março de 2006.

Na área de suprimentos, foi construído um prédio para os produtos químicos. Outra obra importante para o setor de suprimentos foi a construção de um depósito climatizado para os produtos que precisam de uma área reservada para o seu depósito.

Também fazendo parte das melhorias, neste ano foram instalados os novos elevadores das fases A e B, proporcionando mais agilidade no deslocamento das equipes de trabalho.

O projeto de confinamento do carregamento de cinza leve da fase A foi concluído, dando, com isso, continuidade ao processo de atendimento às melhorias ambientais. Foi construído um novo prédio para abrigar os operadores e os equipamentos de pesagem de caminhões. Também foram recolocados os exaustores na Sala de máquinas da Fase A recompondo a situação de projeto e melhorando o desempenho dos equipamentos que se encontram na sala de máquinas.

A Estação de Monitoramento de ar do Aeroporto está passando por reforma estrutural.

A conclusão da obra do novo sistema de combate a incêndios foi efetivada com a entrega dos Certificados do Treinamento de operação, revisão e manutenção dos sistemas e sub-sistemas hidráulicos, realizado nos dias 08/02/06 e 10/03/06.

Também fazendo parte da etapa de melhoramentos nas dependências do DTC, foram executados os trabalhos de adequação da rede lógica e aquisição de novos equipamentos.

Sempre buscando melhorias tecnológicas através do Setor de Manutenção Elétrica, foram adquiridos dois novos motores WEG, que serão utilizados nos ventiladores de ar primário da Fase A. Esses motores devem substituir os motores originais que foram instalados na Fase A há mais de trinta anos.

A CGTEE-DTC adquiriu dois coletores de Dados para as Bacias de Sedimentação, sendo um para a entrada e outro para a saída das Bacias. Estes equipamentos tornam a coleta mais precisa, pois os dados são coletados com maior frequência. Estes equipamentos foram adquiridos devido à preocupação da CGTEE com o Meio Ambiente e com a Tecnologia.

A nova unidade geradora, a carvão mineral, com potência de 350 MW, está projetada para ser instalada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici – Candiota II, com investimento total estimado superior a R\$ 1 bilhão. O empreendimento está incluído no Plano Plurianual - PPA (2004-2007) do Governo Federal.

A construção do empreendimento significa a retomada da utilização do carvão na produção de energia elétrica para atendimento do mercado brasileiro, duplicando o atual consumo deste combustível no estado, e gerando empregos e distribuição de renda à metade sul do estado do Rio Grande do Sul, região cuja economia está altamente deprimida.

Para a CGTEE significará a ampliação de sua capacidade produtiva em cerca de 100%, tornando-a uma empresa consolidada como o “braço térmico” do Grupo ELETROBRÁS.

## 1.6 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D)

A CGTEE investe na produção de novas tecnologias industriais e ambientais, abrindo seu parque gerador de energia elétrica para a construção do conhecimento

científico, que é fundamental para otimizar os sistemas produtivos e promover o desenvolvimento sustentável no nosso País. Este investimento é feito através de Projetos do Programa de P&D ANEEL e de Projetos Estratégicos.

Nossos projetos de P&D são executados por equipes de pesquisa, compostas por professores e bolsistas ligados às universidades e fundações públicas de pesquisa, sem fins lucrativos. Estes projetos são demandados pela CGTEE ou apresentados pelas instituições pesquisadoras, com o objetivo de desenvolver novas técnicas e processos tecnológicos com maior eficiência produtiva, menor impacto ambiental associado à geração de energia elétrica a partir do carvão mineral, bem como novas abordagens de pesquisa aplicada aos diferentes sistemas existentes em nossas usinas termelétricas.

### 1.6.1 P&D ANEEL

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D ANEEL) da CGTEE conta com 04 Ciclos concluídos e aprovados pela ANEEL (Ciclo 2000/2001, Ciclo 2001/2002, Ciclo 2002/2003 e 2003/2004), 01 Ciclo em execução (Ciclo 2004/2005), 01 Ciclo com projetos em aprovação pela ANEEL (Ciclo 2005/2006).

A Tabela abaixo demonstra os valores aplicados pela CGTEE em Pesquisa e Desenvolvimento, conforme Leis nº. 9.991 de 24/07/2000 e nº. 10.848 de 15/03/2004

CICLO	P&D (R\$)	FNDCT* (R\$)	EPE** (R\$)
2000/2001	706.000,00	685.821,36	-
2001/2002	840.036,00	780.078,50	-
2002/2003	795.446,00	728.929,21	-
2003/2004	764.364,00	697.033,64	348.516,82
2004/2005	889.224,00	888.229,27	444.114,64
2005/2006	702.760,47	702.760,47	351.380,00

\* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Ministério de Ciência e Tecnologia)

\*\* Empresa de Pesquisas Energéticas (Ministério de Minas e Energia)

O Ciclo 2005/2006 apresenta como destaque o Projeto: “PROJETO E INSTALAÇÃO DE UM COMBUSTOR PILOTO DE LEITO FLUIDIZADO CIRCULANTE MULTICOMBUSTÍVEL”. Este Projeto, a ser executado pela CIENTEC, é cooperado com a CHESF, ELETRONORTE, ELETROSUL e FURNAS, tendo como objetivo principal

levantar dados de queima em LFC com vistas ao Projeto de desenvolvimento de tecnologia nacional para PCT-Pequenas Centrais Termoelétricas.

O valor total do projeto é de R\$ 1.700.000,00 (hum milhão e setecentos mil reais).

### **1.6.2 Reestruturação da Gestão de P&D**

O Departamento de Engenharia – DTE iniciou em 2006 a reestruturação da Gestão de P&D.

Foi criada a Comissão de P&D da CGTEE com a missão de avaliar permanentemente os temas e selecionar os Projetos que compõem o Programa Anual direcionando os Projetos para as questões práticas e estratégicas da Empresa.

O Ciclo de P&D foi organizado e ajustado a uma estrutura flexível básica, visando possibilitar maior controle, avaliação, ações corretivas e ajustes.

Foram adotados Procedimentos com o objetivo de padronizar o trabalho da Comissão de P&D, do Gerente do Programa e dos Gestores de Contrato.

Estão em vigor os seguintes Procedimentos:

- PEN-DTE-001: Atribuições e Composição do Comitê de P&D
- PEN-DTE-002: Estrutura do Ciclo de P&D ANEEL na CGTEE

Estão em fase elaboração os Procedimentos:

- PEN-DTE-003 :Atribuições do Gestor de Contratos de P&D
- PEN-DTE-004:Atribuições do Gerente de Programa de P&D

Os novos Procedimentos prevêem, entre outras novidades, o treinamento dos Gestores de Contratos de P&D em relação à especificidade de sua tarefa.

O DTE desenvolveu um software de Gestão de P&D, o GERPED, para auxiliar na administração e controle dos Contratos de P&D.

A partir do Ciclo 2006/2007 será possível a qualquer empregado da Empresa propor Projetos de P&D através de um processo de prospecção interna.

## 1.7 COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

### 1.7.1 Histórico e Regulamentação da Exportação para o Uruguai em 2006

Em março de 2004 iniciaram as negociações entre os Governos Brasileiro e Uruguaio, através do Ministério de Minas e Energia – MME, para exportação do excedente de energia elétrica do Brasil. Trata-se de energia interruptível, de origem termoelétrica, cujas transações de compra de energia elétrica são em caráter excepcional e temporário, destinadas à exportação.

Em 2006 houve geração de energia excedente na CGTEE, nas unidades da Usina Presidente Medici – Fases A e B, para suprimento de energia termoelétrica na exportação de energia ao Uruguai. O volume de energia exportada em 2006 foi 70.049,333 MWh, gerando uma receita financeira para a CGTEE de R\$ 7.354.320,46 (sete milhões, trezentos e cinqüenta e quatro mil trezentos e vinte reais, quarenta e seis centavos), com o registro de 10 (dez) contratos bilaterais de curto prazo na CCEE.

### 1.7.2 Ofertas e Chamadas Públicas

A CGTEE se habilitou como proponente vendedor na Chamada Pública de compra de energia promovida pela Diferencial Comercializadora de Energia Ltda, no dia 26/05/2006, ofertando todo o seu montante de sobra de energia (totalizando 35,5 MW médios).

A venda do produto 2006 de 35,5 MW resultou à CGTEE uma receita líquida de R\$ 13.481.802,60 (treze milhões, quatrocentos e oitenta e um mil oitocentos e dois reais e sessenta centavos).

### 1.7.3 Celebração dos Contratos CCEARs – Energia Nova (UPME FASE C)

A CGTEE, cumprindo as etapas do cronograma do Edital do Leilão nº 002/2005-ANEEL 1º Leilão de compra de Energia proveniente de Novos Empreendimentos, no dia 16/12/2005, participou do certame ofertando para venda 292 MW médios do total de sua



garantia física, realizando a venda deste produto que deverá começar a ser entregue a partir de 01 de janeiro de 2010, em contratos com duração de 15 anos na forma de Contratos no Ambiente Regulado CCEAR de Disponibilidade, ao preço de R\$ 129,50/MWh, com 31 Agentes compradores participantes do leilão.

## 2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Os orçamentos de custeio e de investimento para o ano de 2006 foram aprovados, respectivamente, pelo Decreto n.º 5.567 de 26 de outubro de 2005, e pela Lei n.º 11.306 de 16 de maio de 2006, sendo revisados pelo Decreto nº. 5.971, de 28 de novembro de 2006 e remanejo autorizado pelo Ofício nº 453/MP/SE/DEST, de 30 de novembro de 2006, e pela Lei nº 11.412, de 15 de dezembro de 2006. Os desembolsos da CGTEE ficaram rigorosamente dentro dos tetos orçamentários aprovados.

## 3. GESTÃO FINANCEIRA

O Patrimônio Líquido da CGTEE, ao final do exercício de 2006, atingiu o montante de R\$ 711,4 milhões, enquanto que em 2005 havia sido apurado um valor de R\$ 711,5 milhões, conforme ilustra o gráfico a seguir:

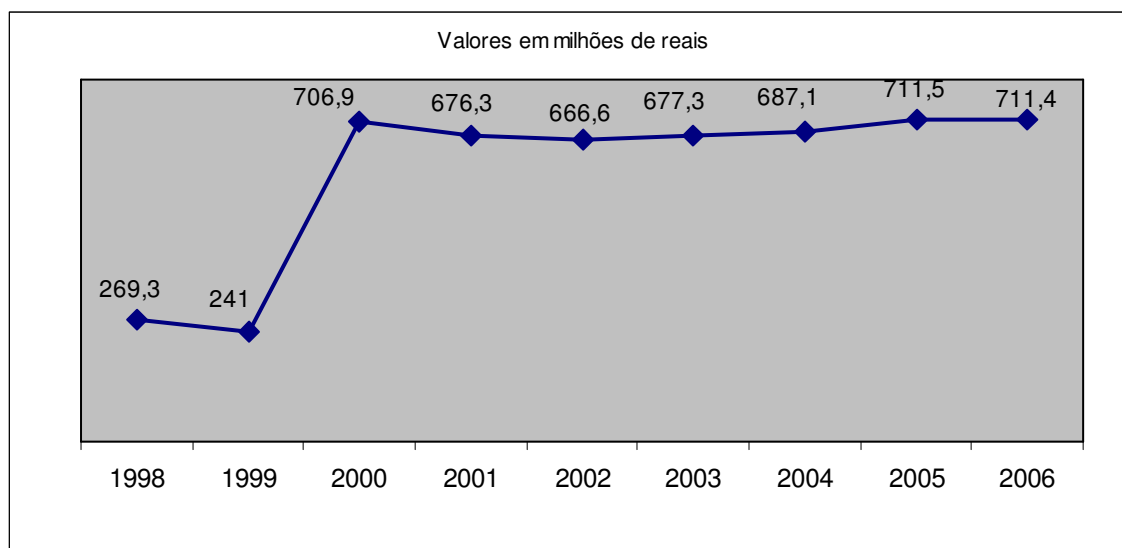


Gráfico 9 - Evolução do Patrimônio Líquido – Período 1998 – 2006

Pela quarta vez consecutiva, desde a constituição da Companhia, foi registrado lucro no exercício na ordem de R\$ 1,2 milhão.

O gráfico a seguir apresenta os resultados obtidos pela CGTEE nos últimos exercícios.

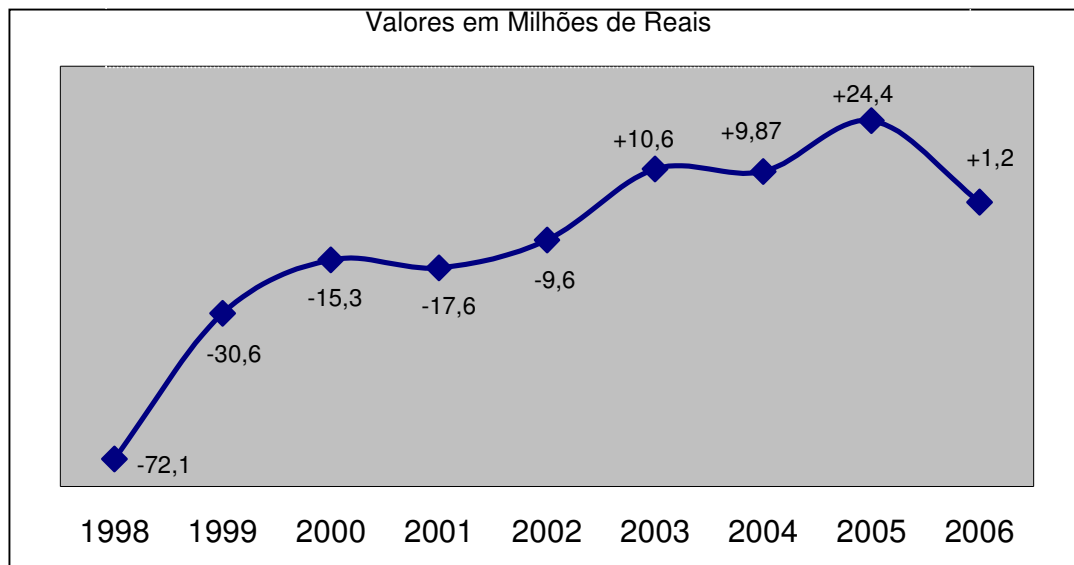


Gráfico 10 - Evolução do resultado – Período 1998 – 2006

Em relação a 2005 ocorreu uma redução no lucro da companhia resultante da desconstratação dos contratos de venda de energia mantidos com a AES, RGE e CEEE, da redução da Taxa de Juros Básica (SELIC) que resultou num rendimento menor das aplicações financeiras, redução de tarifa dos contratos iniciais (estorno efeito PASEP e COFINS Regime Não-Cumulativo), e do aumento dos custos com compra de energia no âmbito da CCEE. Neste contexto, o lucro da Companhia foi obtido, basicamente, pelas seguintes razões:

- Gerenciamento das despesas de custeio;
- Reembolso integral do combustível utilizado para produção de energia, através da CCC – Conta Consumo de Combustíveis Fósseis e CDE – Conta de Desenvolvimento Energético;
- Exportação de energia para a Argentina e Uruguai;
- Receita financeira;
- Revisão do Regime de apuração do PASEP e COFINS em função da Lei 11.196/2005.

Os contratos de suprimento firmados pela CGTEE com a AES-Sul e com a RGE tiveram as tarifas de energia e demanda reajustadas pela Resolução nº 89 da ANEEL, de 11 de abril de 2005, com vigência de 19/04/2005 até 18/04/2006, e, a partir desta data, a Resolução nº 318 da ANEEL homologou as tarifas com vigência prevista até 18/04/2007. Da mesma forma, o contrato mantido com a CEEE foi reajustado pela Resolução 231 de 18/10/2005 da ANEEL, com vigência de 25/10/2005 até 24/10/2006, e a partir desta data a Resolução 379/06, homologou as tarifas deste contrato, com vigência prevista até 24/10/2007. Estes contratos estabelecem a descontração em percentual de 10% ao ano, a partir de 2003.

Os ativos financeiros de curto prazo, no final de 2006, equivaliam a 6,01 vezes os compromissos de mesma natureza, o que demonstra a excelente liquidez financeira da Companhia.

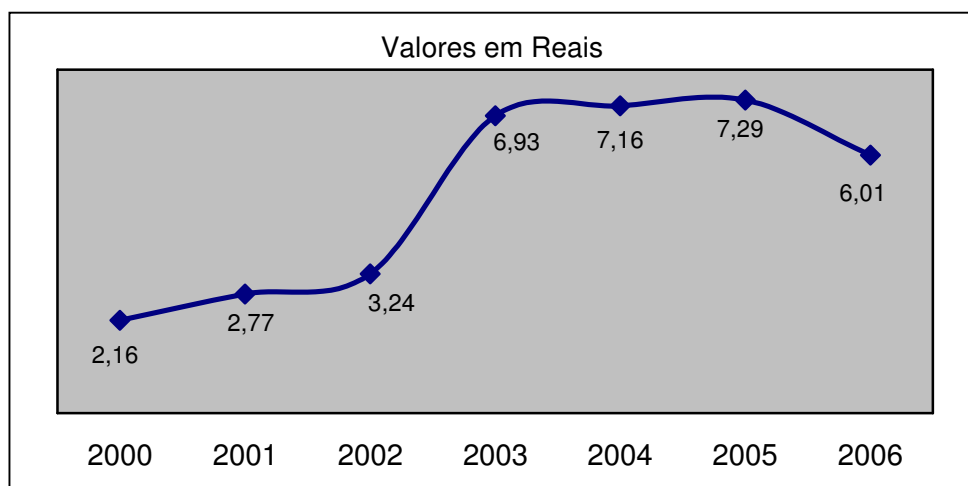


Gráfico 11 - Evolução do Índice de Liquidez Corrente – Período 2000 - 2006

A capacidade de geração interna de recursos decorrente das atividades operacionais da Companhia, que é exclusivamente a produção de energia elétrica a partir da termelétricidade medida através do EBITDA (Earning Before Income Tax, Depreciation and Amortization), atingiu R\$ 44,4 milhões no exercício de 2006.

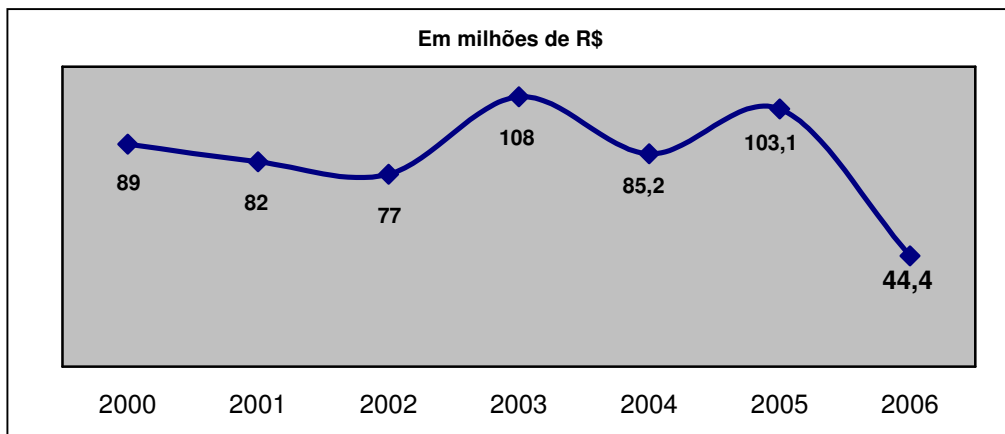


Gráfico 12 - Evolução do EBITDA – Período 2000 – 2006

A Companhia não realiza qualquer operação financeira através de cartões de crédito. Em complementação, também não realiza avaliação sócio-econômica das operações de fundos.

No ano de 2006 não houve projetos financiados através recursos externos.

## 4. GESTÃO PATRIMONIAL

### 4.1 APÓLICE DE SEGUROS

Em 2006, o atendimento da maioria das recomendações do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB e a continuidade dos programas de manutenção da Usina fez com que houvesse uma redução da taxa da Apólice da UPME de 0,547 para 0,377, resultando numa economia de R\$ 1.516.000,00 (um milhão, quinhentos e dezesseis mil reais), além do aumento significativo do Limite Máximo de Indenização de 104 (cento e quatro) milhões para 400 (quatrocentos) milhões de reais.

### 4.2 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Em 2006, foi aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração o relatório contendo a situação, diretrizes e políticas para comercialização dos imóveis da CGTEE.

A regularização fundiária das unidades construídas para fins habitacionais, institucionais e comerciais teve prosseguimento com a conclusão do levantamento sócio-econômico dos moradores das Vilas: Princesa Isabel, em São Jerônimo; e Vila Operária, Residencial e Stafutti, em Candiota.

## **5. INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL**

### **5.1 GESTÃO AMBIENTAL**

#### **5.1.1 Reestruturação da Área de Meio Ambiente**

A entrada em vigor do novo organograma consolidou a implantação da política ambiental da companhia com a implantação das novas estruturas na área ambiental, como o Departamento de Monitoramento e Licenciamento Ambiental vinculado à Diretoria Técnica, e a alteração da denominação da Diretoria Técnica para Diretoria Técnica e de Meio Ambiente. Além destas alterações no organograma geral da empresa, criou-se também o Comitê Permanente de Gestão Ambiental como instrumento fomentador da transversalização do tema ambiental nas ações da empresa.

Em 6 e 7 de dezembro foi realizado o primeiro “*Seminário de Meio Ambiente e Geração Termoelétrica*”, para empregados, prestadores de serviços e demais parceiros da Companhia, entre eles a FURG e o CEFET. O Seminário contou com a presença de 283 (duzentas e oitenta e três) pessoas. Foram abordados diversos temas internos, de conjuntura nacional e internacional e também apresentação de trabalhos técnicos desenvolvidos nas unidades da Companhia. O evento contou com palestrantes externos que abordaram assuntos relacionados com criatividade, desafios e integração.

#### **5.1.2 São Jerônimo – Compromisso com o meio ambiente**

##### **5.1.2.1 Projeto de recuperação da área degradada**

O plano de recuperação da área degradada implantado pela CGTEE contemplou a recuperação da qualidade ambiental da área entorno à UTE de São Jerônimo, através da minimização dos efeitos de impacto ambiental de resíduos provenientes da usina. As principais medidas adotadas foram a reconstituição da mata ciliar, a reestruturação do

parque arbóreo através do plantio de mais de mil e quinhentas mudas de árvores nativas da região e a implantação de jardins herbáceos, com o intuito de embelezamento paisagístico, instalados nas principais vias e pátios do entorno da usina. A área degradada já apresenta uma visível recuperação com o reestabelecimento de boa parte da mata próxima ao antigo depósito de resíduos.

#### 5.1.2.2 Projeto das Bacias com recirculação de efluentes – Emissão Zero

O sistema de Bacias de Tratamento de Efluentes Líquidos foi projetado de forma a permitir a remoção de material sedimentado (cinzas leves) dos efluentes provenientes da usina. O objetivo principal é a emissão nula de efluentes contaminados com material particulado sólido.

O sistema compreende duas Bacias de Tratamento de Efluentes Líquidos, com capacidade (volume útil) de 3.430 m<sup>3</sup> cada uma, para tratar uma vazão máxima de efluente gerado (100 m<sup>3</sup>/h). As bacias foram feitas de forma que a cinza leve transportada para as bacias deposita-se no fundo e é, depois, facilmente drenada, não afetando a estabilidade dos diques de contenção.

As Bacias de Tratamento de Efluentes Líquidos foram implementadas no antigo depósito de cinza pesada, sem interferir nas árvores e vegetação entorno da área recuperada. O projeto compreendeu investimento de cerca de R\$ 92.000,00.

#### 5.1.2.3 Programa de monitoramento ambiental

O Monitoramento ambiental da região de influência da UTE São Jerônimo é realizado para acompanhamento das condições da água subterrânea, fauna e flora do entorno da usina. O programa contempla o monitoramento da qualidade dos recursos hídricos, que é feito através de piezômetros distribuídos estrategicamente em 8 diferentes pontos da região influenciada pela usina, o monitoramento geotécnico das bacias de contenção de percolado, através do acompanhamento da qualidade das águas contidas nas bacias de resíduo, e o monitoramento da zona de recuperação da cobertura vegetal, através de controle de pragas e da área de revegetação. O custo anual do programa de monitoramento é de cerca de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

#### 5.1.2.4 Projeto e Instalação de um Combustor Piloto de Leito Fluidizado Circulante Multicombustível.

O projeto, parceria entre a Fundação de Ciência e Tecnologia – CIENTEC e a CGTEE, tem por objetivo a construção e operação de uma unidade piloto de uma caldeira, para fornecer subsídios à construção de uma pequena central termelétrica. A primeira etapa consiste no desenvolvimento de uma unidade de demonstração multicombustível com características que possibilitem uma grande variedade de ensaios, além de dimensões que permitam a extrapolação dos resultados e a segunda corresponde ao levantamento dos dados, à otimização de condições experimentais e ao eventual aperfeiçoamento dos equipamentos.

#### 5.1.3 Candiota – Preparando para um futuro sustentável

A Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica, em 10 de maio de 2006, assinou com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) um Termo de Compromisso específico visando a adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici – UPME.

Os documentos requeridos foram entregues dentro do prazo estipulado, em 10 de setembro de 2006. Até o momento, tais documentos estão sob análise do IBAMA. O Termo de Compromisso, conforme Cláusula Oitava, vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por igual período, se houver comum acordo entre as partes.

#### 5.1.4 Projeto Microalgas

Dando continuidade ao Projeto Microalgas, a CGTEE, após a realização em 2005 de um convênio estabelecido entre ELETROBRÁS, CGTEE, FAURG e FURG, com a realização do Estudo Preliminar de Viabilidade Técnica da Utilização de Microalgas para a redução da Emissão de Gás Carbônico Proveniente da Geração Termelétrica, obteve como conclusão a confirmação da viabilidade técnica deste mecanismo, uma vez que as

espécies de microalgas cultivadas apresentaram alta eficiência de biofixação de CO<sub>2</sub>, tendo inclusive a pesquisa utilizado o gás sintético semelhante aos gases provenientes das emissões de Candiota. Já no ano de 2006, a CGTEE iniciou a realização da segunda etapa deste projeto, cujo objetivo é analisar o comportamento das microalgas recebendo diretamente o gás de combustão proveniente da chaminé da Usina Presidente Médici em Candiota. Para que esta etapa possa se realizar no site da usina, dois containeres montados com estrutura de laboratório além de tanques para cultivos de microalgas estão sendo instalados, passando então o projeto a ter um local de experiência funcionando em condições reais de operação da usina.

### **5.1.5 Ecoparque Porto Alegre**

Após a conclusão dos estudos de viabilidade para a implantação do Ecoparque Porto Alegre, projeto que visa aproveitar o Biogás proveniente da Digestão Anaeróbia dos Resíduos Sólidos Urbanos, a CGTEE, em conjunto com a Prefeitura de Porto Alegre e Eletrobrás, encaminhou, em 2006, tratativas para a realização de uma segunda etapa deste projeto com a assinatura de um novo Acordo de Cooperação Técnica objetivando produzir alternativas para a definição de um Arranjo Institucional visando a implantação do Ecoparque Porto Alegre. Além disso, o novo acordo prevê também a análise de viabilidade para implantação imediata de um módulo deste projeto em menor escala. Após aprovação da ELETROBRÁS para realização desta nova etapa ocorrida em julho de 2006, a CGTEE ainda aguarda manifestação oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o que deve acontecer ainda no primeiro semestre de 2007.

## **5.2 VALOR ADICIONADO**

As informações relativas ao valor adicionado da Companhia são integrantes das Demonstrações Contábeis, através da “Demonstração do Valor Adicionado”, conforme estabelecido na NBC T 15 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aprovada pela resolução CFC nº. 1.003/2004. A tabela a seguir apresenta os percentuais de distribuição do valor adicionado em 2006 em relação ao ano de 2005.



<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>			
<b>2006</b>		<b>2005</b>	
Governo	31,88%	Governo	35,27%
Colaboradores	64,73%	Colaboradores	41,23%
Terceiros	1,91%	Terceiros	1,06%
Retido	1,48%	Retido	22,44%

*Tabela 2 – Valor Adicionado*

### 5.3 GESTÃO DE PESSOAL

Em 2006, foram desenvolvidas ações visando consolidar uma política de gestão de pessoas que possa preparar a CGTEE para enfrentar os importantes desafios do próximo período:

- Contratação de quinze empregados do Concurso Público realizado em 2003, totalizando cento e quarenta e quatro admissões até o final de 2006;
- Realização de novo concurso público para cargos em locais onde não houve previsão no Concurso realizado em 2003;
- Finalizado o novo quali-quantitativo, que encontra-se no DEST para análise;
- Implantação do Programa Qualidade de Vida, viabilizado a partir da assinatura de Convênio com o SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA;
- Assinatura de Convênio com a Escola São João Calábria, visando a qualificação profissional de 29 (vinte e nove) jovens em situação de vulnerabilidade social, em cumprimento ao Decreto 5498/2005;
- Abertura de processo licitatório visando a contratação de Consultoria para realizar Pesquisa de Cultura e Clima Organizacional e o Perfil da Mulher Trabalhadora da CGTEE;
- Aquisição de equipamentos de controle eletrônico de ponto e acesso.

A Companhia está figurando como reclamada em 2.115 (duas mil, cento e quinze) reclamações trabalhistas, das quais 255 (duzentas e cinquenta e cinco) são de empregados sub-rogados desligados da CGTEE, sendo que há casos em que o mesmo

empregado figura em mais de uma reclamatória.

No ano de 2006, foram ajuizadas 24 (vinte e quatro) reclamatórias trabalhistas contra a empresa na seguinte proporção: 10 (dez) reclamatórias de empregados sub-rogados, 13 (treze) reclamatórias decorrentes de contratos de prestadores de serviços e 01(uma) reclamatória decorrente de contrato de estágio. A seguir é apresentado um quadro demonstrativo da redução das reclamatórias recebidas desde o ano de 2002 até 2006.

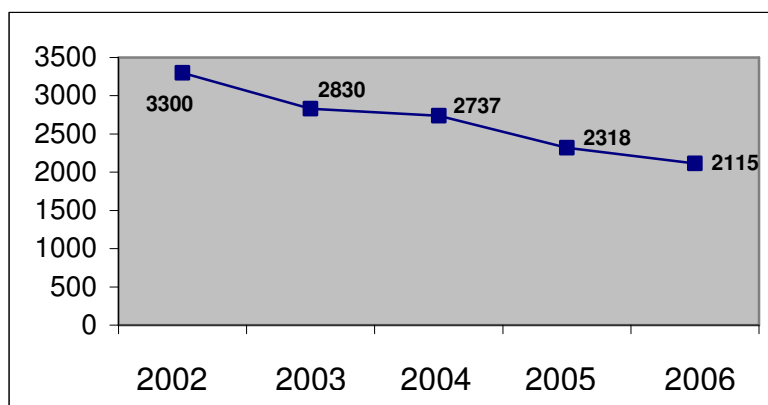


Gráfico 13 – Redução das reclamatórias recebidas desde 2002 até 2006

#### 5.4 BALANÇO SOCIAL

<b>COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
<b>INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL</b>			
(Valores expressos em milhares de reais)			
<b>1 - Geração e distribuição de riqueza</b>	<b>Em 2006:</b>	<b>81.946</b>	<b>Em 2005:</b>
			<b>108.738</b>
Distribuição do Valor Adicionado			
- Governo		31,88%	35,27%
- Empregados		64,73%	41,23%
- Acionistas		1,48%	22,44%
- Financiadores		1,91%	1,05%
A Demonstração do Valor Adicionado - DVA está apresentada na íntegra no conjunto das Demonstrações Contábeis			
<b>2 - RECURSOS HUMANOS</b>	<b>Em 2006</b>		<b>Em 2005</b>
<b>2.1 - Remuneração</b>			
Folha de pagamento bruta (FPB)	30.509		29.009
- Empregados	29.743		28.207
- Administradores	766		802
Relação entre a maior e a menor remuneração:			
- Empregados	23,9		26,6

- Administradores	9,9			10,6		
2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	12.401	40,6%	4,7%	11.636	40,1%	4,3%
Alimentação	3.227	10,6%	1,2%	2.697	9,3%	1,0%
Transporte	965	3,2%	0,4%	870	3,0%	0,3%
Previdência privada	4.217	13,8%	1,6%	4.644	16,0%	1,7%
Saúde	1.045	3,4%	0,4%	876	3,0%	0,3%
Segurança e medicina do trabalho	1.437	4,7%	0,5%	2.261	7,8%	0,8%
Educação	56	0,2%	0,0%	40	0,1%	0,0%
Cultura	-	0,0%	0,0%	45	0,2%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	196	0,6%	0,1%	751	2,6%	0,3%
Creches ou auxílio creche	141	0,5%	0,1%	130	0,4%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	5.456	17,9%	2,1%	3.078	10,6%	1,1%
<b>Total</b>	<b>29.142</b>	<b>95,5%</b>	<b>11,0%</b>	<b>27.028</b>	<b>93,2%</b>	<b>10,1%</b>
2.3 - Composição do Corpo Funcional	Em 2006		Em 2005			
Nº de empregados no final do exercício	542		547			
Nº de admissões	18		61			
Nº de demissões	19		31			
Nº de estagiários no final do exercício	129		88			
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	0		1			
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	684		164			
Nº de empregados por sexo:						
- Masculino	447		454			
- Feminino	95		93			
Nº de empregados por faixa etária:						
- Menores de 18 anos	0		0			
- De 18 a 35 anos	81		91			
- De 36 a 60 anos	453		450			
- Acima de 60 anos	8		6			
Nº de empregados por nível de escolaridade:						
- Analfabetos	0		1			
- Com ensino fundamental	194		197			
- Com ensino médio	133		125			
- Com ensino técnico	89		87			
- Com ensino superior	125		136			
- Pós-graduados	1		1			
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:						
- Masculino	82,0%		82,0%			
- Feminino	18,0%		18,0%			
2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:	Em 2006		Em 2005			
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	27		40			

Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	22			26		
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	31			86		
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.145			205		
<b>3 - Interação da Entidade com o Ambiente Externo</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
<b>3.1 - Relacionamento com a Comunidade</b>						
Totais dos investimentos em:						
Educação	14	0,3%	0,0%	68	0,2%	0,0%
Cultura	189	4,1%	0,1%	110	0,4%	0,0%
Saúde e infra-estrutura	550	11,9%	0,2%	-	0,0%	0,0%
Esporte e lazer	295	6,4%	0,1%	202	0,6%	0,1%
Alimentação	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Geração de trabalho e renda	240	5,2%	0,1%	-	0,0%	0,0%
Reassentamento de famílias	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total dos investimentos</b>	<b>1.287</b>	<b>27,8%</b>	<b>0,5%</b>	<b>381</b>	<b>1,2%</b>	<b>0,1%</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.341	266,3%	4,6%	25.775	82,3%	9,6%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total - Relacionamento com a Comunidade</b>	<b>13.628</b>	<b>294,1%</b>	<b>5,1%</b>	<b>26.155</b>	<b>83,5%</b>	<b>9,8%</b>
<b>3.2 - Interação com os Fornecedores</b>	<b>São exigidos controles sobre:</b>					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores	Não são utilizados critérios de responsabilidade social para a seleção de fornecedores.					
<b>4 - Interação com o Meio Ambiente</b>	<b>Em 2006</b>			<b>Em 2005</b>		
	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>	<b>Valor (mil)</b>	<b>% sobre RO</b>	<b>% sobre RL</b>
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	1.882	40,6%	0,7%	1.814	5,8%	5,8%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4	0,1%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	0,0%	0,0%	3	0,0%	0,0%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	-	0,0%	0,0%	6	0,0%	0,0%
Passivos e contingências ambientais	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total da Interação com o meio ambiente</b>	<b>1.887</b>	<b>40,7%</b>	<b>0,7%</b>	<b>1.814</b>	<b>5,8%</b>	<b>5,8%</b>
<b>5 - Outras informações</b>	<b>2006</b>			<b>2005</b>		
Receita Líquida (RL)	265.763			267.878		

Resultado Operacional (RO)	4.634	31.313
----------------------------	-------	--------

## 5.5 GESTÃO DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

Desde a entrada em vigor do novo organograma vem se consolidando a política de segurança e saúde ocupacional da Companhia com a implementação de ações pelo Departamento de Segurança e Medicina do Trabalho, vinculado à Diretoria Administrativa.

A partir dos eixos estruturantes do Planejamento Estratégico do Departamento: Programa de Segurança e de Saúde (Programa de Saúde Ocupacional, de Saúde Integral, de Saúde Mental e de Assistência Social), destacamos as seguintes ações em 2006:

- Prosseguimento das aquisições de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva e Uniformes para todas as unidades da empresa;
- Estruturação de Unidade do Departamento na Usina de São Jerônimo;
- Criação de equipes multiprofissional com Psicólogos, Nutricionistas, Assistentes Sociais na Sede e UPME;
- Realização de treinamentos para os trabalhadores da CGTEE e contratados, ministrados pelo quadro próprio dos técnicos de segurança da empresa em cursos de CIPA, Espaço Confinado, Segurança do Trabalho e de Primeiros Socorros;
- Elaboração do PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais nas unidades de São Jerônimo e Candiota;
- Realização de exames de saúde (exames médicos, laboratoriais e avaliação psicológica) para a Certificação de Operadores das Unidades de Candiota, São Jerônimo e Nutepa, visando atender o Manual de Procedimentos da Operação do Operador Nacional do Sistema Elétrico, num total de 116 (cento e dezesseis) trabalhadores avaliados;
- Elaboração e implementação do projeto dos Vigilantes Bombeiros na CGTEE, contribuindo para a melhor proteção dos trabalhadores e para o atendimento das recomendações do IRB - Instituto de Resseguros do Brasil, com reflexos significativos na redução da apólice de seguros da CGTEE;
- Aumento do número de Técnicos de Enfermagem que integram a equipe do ambulatório;

- Na área médica foram atendidos 662 (seiscentos e sessenta e dois) trabalhadores e realizados 342 (trezentos e quarenta e dois) exames médicos periódicos. Também houve o atendimento e acompanhamento de 24 (vinte e quatro) Acidentes do Trabalho;
- Desenvolvimento dos Programas de Treinamentos de Segurança, Saúde e Medicina do Trabalho;
- Elaboração de procedimentos de segurança industrial: PSI 008 – Entrada em Espaço Confinado e PSI-DAS-004 – Segurança e Saúde Ocupacional para Contratadas-Fase C;
- Elaboração do Monitoramento de Ruídos da UPME, Fases A, B e C, visando atendimento ao Ibama;
- Conclusão do PPCI - Plano de Proteção e Combate a Incêndio da UPME, com a entrega e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros de Bagé;

## 6. GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

Na área de Suprimentos, consolidou-se o Pregão a exemplo das demais modalidades convencionais, tais como Tomada de Preços e Concorrências. As contratações efetuadas até o mês de dezembro de 2006, na modalidade de pregão presencial, informam que o valor estimado pela CGTEE para contratações foi de R\$ 20.737.644,94 (Vinte milhões setecentos e trinta e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) e o valor das propostas comerciais apresentadas pelas empresas participantes foi R\$ 18.020.103,93 (Dezoito milhões vinte mil cento e três reais e noventa e três centavos). Por conseguinte, ocorreu um deságio de R\$ 2.717.541,01 (Dois milhões setecentos e dezessete mil quinhentos e quarenta e um reais e um centavo).

## 7. A CGTEE E A COMUNIDADE

A CGTEE teve uma presença determinante na metade sul do Estado através de seus diversos projetos de responsabilidade social, tais como o Escola de Fábrica, o maior de todo setor elétrico.

Também em 2006, foram firmados compromissos com o IBAMA para instalação da Fase C de Candiota, nos quais estão previstas ações de interação com a comunidade do entorno.

Os principais projetos em andamento: Escola de Fábrica, Quintais de Frutas Orgânicas, CGTEE Canoagem na Escola, Projeto de Autosustentabilidade e Produção Agroecológica do Quilombo dos Alpes, PRODESCA (Programa de Desenvolvimento de Comunidades Atingidas por Empreendimentos Elétricos); Projeto Oni Inu Erê, Xadrez nas Escolas, Convênio com a ATUT (Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro), Projeto Viva Futsal, Ampliação da ARCA (Associação dos Recicladores e Catadores de Esteio), Parceria Solidária Agroecológica Fortaleza Orgânica, Comitê de Entidades no Combate à Fome pela Vida, Programa de Inclusão Social de Esteio, Sociedade Porto Alegrense de Auxílio aos Necessitados (SPAAN), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul (CEDECA/IARGS), Líderes Comunitárias em Ação pela Prevenção contra Violência Sexual e DST/AIDS – THEMIS e Programa Pró-Equidade de Gênero.

## 7.1 LUZ PARA TODOS

A CGTEE integra, na condição de Coordenadora Estadual, o Programa LUZ PARA TODOS do Ministério de Minas e Energia com o apoio das Centrais Elétricas do Sul do Brasil - ELETROSUL, que tem o objetivo levar energia elétrica para mais de 12 milhões de brasileiros até 2008. No estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2006, foram atendidas 32,8 mil famílias, num total de 180 mil gaúchos beneficiados, com investimentos de R\$ 72,5 milhões, sendo que, no ano de 2005, foram atendidas 15,4 mil famílias com um investimento de R\$ 21,3 milhões.

Com a intensificação do ritmo dos trabalhos, a coordenação do Programa acredita que mais de 350 mil gaúchos serão beneficiados, erradicando a exclusão elétrica no Estado. Os atendimentos priorizados pelo programa são comunidades indígenas e quilombolas, assentamentos rurais e agricultores reassentados atingidos por barragens.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS - VISÃO PROSPECTIVA

O novo modelo regulatório do setor elétrico busca a retomada dos investimentos com parcerias públicas-privadas para atender à necessidade de expansão da demanda de energia elétrica, sob as condições de modicidade tarifária, universalização de energia, competitividade e transparência nos leilões de energia em ambiente de contratação regulado e livre, incentivando as fontes alternativas de energia.

Esse quadro de crescente expansão da geração, acompanhada de uma matriz energética favorável, abre espaço para a elevação da capacidade instalada e a inserção de novas fontes energéticas alternativas, alinhadas às características regionais do Parque Elétrico.

Em junho de 2006, por solicitação da Eletrobrás, a CGTEE realizou a atualização do seu mapa de negócios, de acordo com definição da Diretoria Executiva. Com isso, aperfeiçoamos o acordo entre o Brasil e Mercosul para exportação de energia, com vistas ao ajuste dos contratos de ressarcimento por disponibilidade.

Prosseguimos a construção da fase C de Candiota II com uma potência a ser instalada de 350 MW, localizada junto à Usina Termelétrica Presidente Médici, em Candiota/RS.

Estamos estudando a participação acionária minoritária em empresas à base de biomassa e em negócios de crédito de carbono que gerem desenvolvimento e novos empregos. As alternativas foram apresentadas, preliminarmente, ao conhecimento do Conselho de Administração. Após auditoria técnica, econômica e ambiental teremos a oportunidade de incorporar a experiência em geração termelétrica com biomassa, mediante a participação em projetos rentáveis e com incorporação de novas tecnologias e aproveitamento de créditos de carbono.

Foi dada continuidade aos estudos de desenvolvimento de tecnologias limpas em parceria com a ELETROBRÁS. Dentre as atividades estabelecidas, encontra-se a “Termoeletricidade no Grupo Eletrobrás”, com o propósito de desenvolver Tecnologia Nacional Avançada (limpa e de alta eficiência), para a geração de energia elétrica em pequenas centrais termoelétricas, a partir de combustíveis sólidos abundantes no Brasil.

O tema ambiental será nossa prioridade em 2007. Além das liberações das licenças de operação e instalação emitidas pelo IBAMA, a resolução das questões pendentes em



São Jerônimo deverá mobilizar toda a empresa. Nesta área, também merecem atenção dois convênios: o das microalgas, com a FURG (Fundação Universidade Federal do Rio Grande), para biofixação do CO<sub>2</sub> e o convênio dos bioóleos, com a COCEARGS com vistas ao possível uso em substituição ao fuel oil.

A formação e qualificação do nosso corpo funcional deverão acompanhar os desafios postos à empresa, compreendendo o novo momento da CGTEE e aprimorando os processos e normas de controle interno.

Sendo assim, ressaltamos que a CGTEE avançou na delimitação de sua identidade, afirmando e viabilizando-se como empresa pública federal de geração térmica de energia elétrica.

## 9. AGRADECIMENTOS

O agradecimento a todos aqueles que colaboraram para o desempenho da Companhia durante o ano de 2006: Clientes, Autoridades Municipais, Estaduais e Federais, Acionistas, Conselheiros de Administração e Fiscal, Órgãos de controle interno e externo, ELETROBRÁS, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Operador Nacional do Sistema - ONS, Secretaria de Minas, Energia e Comunicações do Estado do Rio Grande do Sul e fornecedores em geral.

Aos Diretores, gerentes, empregados e colaboradores, o agradecimento especial, pela dedicação e empenho proporcionados à Companhia neste ano. Para os próximos anos, renovamos o firme propósito de continuarmos juntos nessa caminhada para projetar a CGTEE como uma empresa pública federal do Grupo Eletrobrás, eficaz na geração térmica de energia elétrica, fomentadora do desenvolvimento social e econômico com respeito ao meio ambiente e responsabilidade social.

Porto Alegre, 15 de março de 2007.

SERENO CHAISE  
Diretor Presidente